



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176978 - SP (2021/0000256-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
SUSCITANTE : SILVIA MARIA TALEB
ADVOGADO : FABIO RIVELLI - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE GUARULHOS - SP
INTERES. : PEDRO DE SOUZA MOURA
ADVOGADO : PAULO ROBERTO CAETANO MOLINA - SP273675

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por SILVIA MARIA TALEB, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO (SP) e o JUÍZO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE GUARULHOS (SP).

Sustenta que o Juízo de Direito da 38ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo decretou sua insolvência civil no Processo n. 1011671-43.2013.8.26.0100.

Alega que o Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Guarulhos determinou o prosseguimento de atos executórios contra a suscitante nos autos do Processo n. 0290000-79.1998.5.02.0316, embora tenha recebido ofício informando a decretação da insolvência da reclamada.

Aponta a existência de conflito de competência e defende a fixação da competência exclusiva do Juízo de Direito da 38ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo para o processamento e julgamento de todos os atos executórios contra ela movidos.

Postula, liminarmente, a suspensão de "todas as decisões em sede de execução trabalhista contra a Suscitante, proferidas pelo Douto Juízo da 6ª Vara do Trabalho da Comarca de Guarulhos - SP, a partir do momento em que a Suscitante foi incluída no polo passivo da execução, bem como requerendo a extinção de execução em face da peticionante SILVIA MARIA TALEB, com a consequente exclusão desta do polo passivo, em razão da sentença proferida em sede de processo de insolvência civil o qual declarou extintas as suas obrigações" (fls. 20-21).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em consulta ao sítio do TJSP, verifica-se que o Juízo de Direito da 38ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, nos autos tombados sob o n. 1011671-43.2013.8.26.0100, encerrou a insolvência civil da suscitante. O processo transitou em julgado e foi arquivado definitivamente em 29 de maio de 2020.

Portanto, não visualizo a existência de conflito de competência. Incide, no caso, a Súmula n. 59 do STJ, segundo a qual não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízos conflitantes.

Registre-se que o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, nem pode resolver questões que devem ser dirimidas nas instâncias ordinárias.

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente